

# Os verbos terminados em -iar: a expansão da irregularidade no Brasil e em Portugal

*Verbs Ending in -iar: The Expansion of the Irregularity in Brazil and Portugal*

Lucas Pereira Eberle  
Universidade Estadual de Campinas  
(UNICAMP) | Campinas | SP | BR  
eberle.lp@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-4275-7848>

**Resumo:** O presente estudo analisa as razões pelas quais as normas padrão do português europeu e do português brasileiro divergem quanto à conjugação dos verbos terminados em -iar. Observa-se que, enquanto em Portugal é amplamente aceita a alternância vocálica -i-/ei- em diversos verbos, no Brasil essa variação é normativamente restrita a apenas seis casos. Analisaram-se gramáticas, manuais ortográficos e dicionários com o objetivo de identificar o momento em que tais variações foram inicialmente registradas, bem como examinar a recepção normativa dessas novas formas por parte dos gramáticos e estudiosos da época. Concluiu-se que a diferença entre os dialetos se deu pela perda do contraste entre as vogais pretônicas /e/ e /i/ no contexto de primeira vogal de hiato em Portugal, causando maior confusão entre as conjugações, enquanto o Brasil manteve o contraste das vogais anteriores pretônicas. Além disso, houve uma mudança na norma brasileira no século XX, na qual se buscou desvincilar o português do Brasil do de Portugal, o que refletiu no registro da rejeição da alternância -i-/ei- na grande maioria dos verbos. Portanto, a diferença na difusão do fenômeno de alternância entre as variedades de Portugal e Brasil não é uma questão meramente fonológica, mas também normativa.

**Palavras-chave:** verbos irregulares; norma; português brasileiro; português europeu.

**Abstract:** This study analyzes the reasons why the standard grammars of European Portuguese and Brazilian Portuguese diverge regarding the conjugation of verbs ending in -iar. It is observed that, while vowel alternation between -i-/ei- is widely accepted in many verbs in Portugal,



*in Brazil this variation is normatively restricted to only six cases.* Grammars, orthographic manuals, and dictionaries were analyzed to determine when these variations were first recorded and how grammarians and scholars of that time received these new forms. The study concludes that the difference between the dialects is due to the loss of contrast between the pretonic vowels /e/ and /i/ in the context of the first vowel of a hiatus in Portugal, causing greater confusion between conjugations, whereas Brazil maintained the contrast of pretonic front vowels. Moreover, there was a shift in the Brazilian standard grammar during the 20th century, aiming to distinguish Brazilian Portuguese from European Portuguese, which was reflected in the rejection of the -i-/ei- alternation in most verbs. Therefore, the difference in the evolution of this alternation phenomenon between the varieties of Portugal and Brazil is not merely a phonological issue but also a normative one.

**Keywords:** irregular verbs; standard grammar; Brazilian Portuguese; European Portuguese.

## 1 Introdução

Os verbos da língua portuguesa, embora grande parte seja regular, possuem diversas irregularidades morfológicas. Este trabalho se debruçará sobre a alomorfia encontrada nas terminações verbais *-ear* e *-iar* que aparecem passar por um processo de neutralização tanto no Brasil quanto em Portugal.

Essas terminações são formadas de hiatos que, em determinados contextos fonológicos, são evitados no português. Por exemplo, as conjugações dos verbos *passear* e *desafiar* são formadas pelo encontro da vogal /e/ + outra vogal e /i/ + outra vogal, respectivamente, como mostrado a seguir:

- (1) Passe+ar – passe+ou – passe+aram
- (2) Desafi+ar – desafi+ou – desafi+aram

O verbo *passear*, assim como todos os verbos terminados em *-ear*, é considerado irregular pela norma do Brasil e de Portugal, pois, quando o acento recai sobre a vogal /e/, ocorre uma modificação do radical através da inserção do glide [j], marcado ortograficamente por *i*, como destacado em negrito em (3), o que resulta na dissolução do hiato. Diferentemente de *desafiar*, assim como a grande maioria dos verbos terminados em *-iar*, que mantém a vogal [i] e o hiato em todas as conjugações, como em (4):

(3) Passeiam – passeia – (eu) passeio<sup>1</sup>

(4) Desafiam – desafia – (eu) desafio<sup>2</sup>

Contudo, alguns verbos terminados em *-iar*, tidos como irregulares, são conjugados igualmente aos verbos terminados em *-ear* quando o acento recai sobre /i/, isto é, em vez de ser pronunciada como [i], a vogal é alterada para [ej] no Brasil ou [ɛj] em Portugal. A alternância é aceita pela norma-padrão em alguns verbos, como *odianar* e *ansiar*, porém, em alguns outros verbos, embora seja atestada, carrega certo estigma, por exemplo *maquiar* e *variar*, conforme discorre Cipro Neto (1998). As diferentes formas estão apresentadas em (5):

(5) Formas normativa e não normativa de verbos terminados em *-iar*

Ortografia	Forma normativa	Forma não normativa
Odeia	[o'deɪ̯.ə]/[a.ɟɪ̯.ə]	[a.di̯.ə]/[a.ɟi̯.ə]
Odeo	[o'deɪ̯.ʊ]/[o'deɪ̯.ʊ]	[o'dʒi̯.ʊ]/[o'di̯.ʊ]
Maquia	[ma'ki.ə]	[ma'kej.ə]
Maquio	[ma'ki.ʊ]	[ma'kej.ʊ]

Além disso, nos verbos da terminação *-ear*, quando o acento recai sobre a desinência verbal e não sobre /e/, ocorre um processo de alteamento da vogal /e/ para [i] que resulta na homofonia entre as terminações verbais *-ear* e *-iar* em ambas as variedades do português<sup>3</sup>, de modo que os verbos da terminação *-ear* são frequentemente pronunciados como em (6):

(6) Pass[i]ar – pass[i]ou – pass[i]aram

Como consequência disto, perde-se o contraste entre as vogais /i/ e /e/, pois (I) em algumas conjugações, tanto a vogal /e/ quanto /i/ tornam-se [ej] no Brasil ou [ɛj] em Portugal, e (II) a pronúncia das vogais pretônicas /e/ e /i/ pode ser a mesma em contexto de hiato, sendo pronunciada [i] em ambas as variedades do português.

Na gramática de Bechara (2009 [1961]) e na coluna de Cipro Neto (1998), as formas verbais com a alternância /i/ [ej] (a ser representada como *-i-/ei-* doravante) são aceitas apenas em 6 verbos, conhecidos pelo anagrama MARIO – *mediar*, *ansiar*, *remediar*, *incendiar*, *odianar* (e *intermediar*, derivado de *mediar*). No entanto, nos usos não normativos é comum a ocorrência de alternância em outros verbos, principalmente nos verbos *variar* e *maquiar*.

Enquanto a neutralização do contraste das vogais /e/ e /i/ nas terminações *-ear* e *-iar* no Brasil parece dar seus primeiros passos, no português europeu é um fenômeno bastante difundido. Tomando como base os relatos de Bechara (2009 [1961]) e Cunha e Cintra (2016 [1985]), sabe-se que em Portugal, além destes 6 verbos mencionados acima, há uma maior quantidade de verbos da terminação *-iar* em que a alternância *-i-/ei-* é encontrada com certa frequência, de modo que é aceita em registros formais, isto é, tanto a forma regular quanto

<sup>1</sup> O ditongo é pronunciado como [ej] no Brasil e como [ɛj] em Portugal.

<sup>2</sup> A pronúncia da vogal [i] pode ser alterada para [j] a depender da velocidade de fala. Neste caso, o hiato também seria desfeito.

<sup>3</sup> cf. Câmara Jr, 1970; Viana et al., 1973; Mira Mateus, 1982; Bechara, 2009 [1961]; Cunha e Cintra, 2016 [1985].

irregular são aceitas normativamente. Segundo os autores, alguns dos verbos que são relatados com variação são *premiar*, *negociar*, *agenciar*, *comerciar*, *licenciar*, *obsequiar*, *presenciar*, *sentenciar*, entre outros.

Isto posto, se a alternância *-i-/ei-* e, consequentemente, a neutralização das vogais /i/ e /e/ nas terminações verbais *-ear* e *-iar* são encontradas em duas variedades do português, pressupõe-se que exista uma origem em comum na língua para o fenômeno, mesmo que a difusão para outros verbos tenha ocorrido distintamente. Este trabalho busca responder: (I) quando essa alternância verbal se iniciou na língua; (II) que fatores linguísticos e extralingüísticos poderiam influenciar o fenômeno e; (III) por que sociolinguisticamente e normativamente o português brasileiro e o europeu se comportam de maneira distinta quanto a essas formas alternativas?

Na seção seguinte é apresentada a revisão de literatura referente à evitação de hiatos no português e à evolução do seu sistema vocálico. Na seção 3 são apresentados os objetivos e hipóteses e, em seguida, os materiais e métodos na seção 4. Na seção 5 são apresentados os resultados referentes à recepção normativa da alternância. Por fim, são apresentadas as conclusões.

## 2 Evitação de hiatos no português

Como é amplamente conhecido, a formação de novos hiatos no português ocorreu como consequência do apagamento de consoantes sonoras intervocálicas, como em *credo* > *creo* e *bona* > *bôa* > *boa* (Mattos e Silva, 2011; Williams, 1961). Muitas das sequências de vogais idênticas resultantes desse apagamento consonantal sofreram crase, enquanto vogais distintas mantiveram o hiato.

Por volta do século XVI, a epêntese de [j] passou a ocorrer nos casos de hiatos constituidos de vogal [e] + outra vogal, como em *creo* > *creio* e *alheo* > *alheio*, e apareceu definitivamente na escrita apenas no século XIX (Teyssier, 1982).

Tal pressão sobre hiatos se espalhou pela língua sendo aplicada em verbos cujo radical termina em vogal /e/, pois, neste caso, o encontro morfológico entre radical e flexão verbal sempre gera um hiato, como é nos verbos terminados em *-ear*: /e + ar/.

Como visto, as sequências [e] + vogal são evitadas e resolvidas através da epêntese do glide homorgânico<sup>4</sup> [j]. Entretanto, há um ponto que parece passar despercebido pelos autores citados acima: a epêntese só se aplica quando a vogal [e] é acentuada, e é evitada quando o [e] é átono, como em *meados* que não é pronunciado m[ej]ados. Vale ressaltar que os exemplos apresentados são sempre relatados neste mesmo contexto fonológico (*creio*, *alheio*, *cheio*, *seio*, *ceia* etc.), de forma que poderia ser um fator relevante já no século XVI para a resolução de hiatos.

Partindo dos trabalhos de Beckman (1998) e Smith (2005), Eberle (2022; 2023a; 2023b) analisa sincronicamente a epêntese nesses verbos e defende que a motivação para a inserção do glide seja uma demanda de aumento de proeminência da sílaba acentuada, pois seriam posições silábicas privilegiadas que demandam material segmental também proeminente.

<sup>4</sup> Segmento com mesmo traço de anterioridade e arredondamento da vogal precedente.

Baseado em Eberle (2023b), entende-se que a proeminência e sonoridade estariam relacionadas com a duração das vogais e a vogal /e/ não teria proeminência suficiente para satisfazer essa demanda quando ocupa a posição de *primeira vogal acentuada* em um hiato, pois formas como c[e]a (*ceia*) e cr[e]o (*creio*) não ocorrem na língua. Esta posição, no português brasileiro, seria satisfeita apenas por vogais mais baixas, que são mais longas (Flemming, 2004). Tal demanda por aumento de proeminência é encontrada em diversos outros verbos da primeira conjugação, em que o abaixamento de [e] para [ɛ] ocorre, como em p[e]gar – p[ɛ]go, l[e]var – l[ɛ]vo, s[e]car – s[ɛ]co etc.

Nos casos dos verbos da terminação *-ear* em que a vogal /e/ é acentuada em um contexto de hiato, para que a sílaba tônica tenha mais proeminência que a desinência verbal, ocorre a epêntese do glide [j], pois, apenas o abaixamento da vogal ainda resultaria em um hiato: c[ɛ]a (*ceia*). E conforme Nevins e Costa (2019), ditongos são mais proeminentes que uma vogal simples.<sup>5</sup>

Este trabalho busca entender por que alguns verbos da terminação *-iar* se comportam como verbos da terminação *-ear*, cada um à sua maneira, a depender da variedade falada do português. Seguindo o raciocínio da baixa proeminência, i.e., curta duração de [e], que é uma vogal média-alta, a vogal [i], sendo uma vogal alta, possuiria, em média, uma duração menor, portanto, a pressão em posição acentuada para que ocorra resolução do hiato é ainda maior.

A adição do glide [j] à vogal [i] não funcionaria no português porque resultaria ainda em um ditongo com duração semelhante a vogal [e].<sup>6</sup> Assim, entende-se que a alternativa encontrada pela língua foi de alternar a vogal /i/ com [ej]/[ɛj], muito provavelmente pela semelhança com a terminação *-ear* em que /e/ alteia para [i] no contexto pretônico de primeira vogal em hiatos e é aumentado para [ej]/[ɛj] no contexto acentuado.<sup>7</sup>

Por fim, acredita-se que é a confusão entre verbos irregulares das duas terminações que desencadeia a neutralização entre as vogais /i/ e /e/, pois em ambas as terminações podem ser pronunciadas igualmente em posição átona e acentuada. Entende-se que, entre estas duas, a confusão em posição átona seja a principal motivadora da neutralização, pois é a que ocorre em mais conjugações e em outros contextos da língua para além dos hiatos. Assim, antes de dar continuidade para o trabalho aqui desenvolvido, é necessário discutir mais a fundo sobre a flutuação dessas vogais em posições átonas.

## 2.1 A alternância [i] ~ [e]

A flutuação entre as vogais [e] e [i] é atestada desde a passagem do latim para o português. Segundo Mattos e Silva (2001), as vogais pretônicas do latim foram neutrali-

<sup>5</sup> Há poucos verbos no português do Brasil em que a epêntese é encontrada em posições átonas. Alguns deles são frear, ceiar, estrear, enfear e mear que podem ou não ser pronunciados com a epêntese de [j], por exemplo [fre'ar] ou [fre'ar], [se'ar] ou [sej'ar] etc. Eberle (2023b) argumenta que essa distinção ocorre devido ao status morfológico da V1 [e], pois quando ela é parte da raiz, a epêntese é possível em posição átona, mas quando ela é um morfema verbalizador, apenas o alteamento pode ocorrer. Para mais detalhes, consultar Eberle (2023b).

<sup>6</sup> Dada a escala de duração: aj > a > ej > ε > ej > e > ij > i.

<sup>7</sup> Nos verbos da terminação *-iar* que ainda se mantêm regulares (manutenção da vogal [i] em posição acentuada), entende-se que por serem parte da raiz, haverá restrições de fidelidade com a raiz (Beckman, 1998) acima das restrições de aumento de proeminência.

zadas, resultando na mudança de /í/ para /i/ e /ĩ ē ĕ/ para /E/ (média anterior), ou seja, o *i longo* resultou na vogal *i* atual, enquanto o *i breve* resultou na vogal média *e*, dependendo do contexto. Esta alternância [i] [e] se manteve em toda a história do português, até em suas versões contemporâneas.

O alteamento de vogais média-altas /e o/ para altas [i u] em posição pretônica, que se iniciou desde a idade média, é um fenômeno bastante recorrente no Brasil atualmente, seja por harmonia vocálica ou alçamento sem motivação aparente (Bisol, 2015). Como visto, este alteamento afeta os verbos da terminação *-ear*, pois, quando o acento recai sobre a flexão verbal, a vogal [e] fica em posição pretônica e tende ao alteamento para [i], por exemplo, *passear* – [pasi'a r]. Para o português de Portugal, embora as vogais pretônicas tenham evoluído diferentemente do Brasil, como será discutido mais à frente, de acordo com Viana et al. (1973, p. 118), a vogal /e/, seguida de qualquer vogal acentuada, torna-se [i], portanto, neste contexto específico de primeira vogal pretônica de um hiato, a vogal /e/ é alteada para [i] também em Portugal.

A elevação da vogal nos verbos aqui estudados constitui o que Bisol (2015) denomina por alçamento sem motivação aparente, pois não há nada específico que motive o alteamento de /e/ para [i], afinal, a vogal subsequente para os verbos é sempre uma vogal de mesma altura ou mais baixa.

De acordo com Bisol (2015), estes fenômenos ocorrem desde o início da história do português. Em seu trabalho, a autora buscou em diversos textos antigos por ocorrências de harmonia vocálica e alçamento sem motivação aparente e descreve que existe alta presença de alteamento já no português do período medieval (séc. XIII ao XV), por exemplo “acuntycia (acontecia)” e “ticer (tecer)” (p. 190), e no clássico (séc. XVI ao XVIII), por exemplo “cubrir ~ cobrir” e “cumiçou ~ começou” (p. 194). Alguns exemplos de alteamento no português brasileiro contemporâneo são “cumer (comer)” e “tiatro (teatro)”.

Entretanto, entre os séculos XVIII e XIX, houve uma mudança em que o português europeu abandonou o alteamento e estabeleceu o processo de centralização, reduzindo seu sistema de vogais pretônicas. Enquanto isso, o português brasileiro manteve as 5 vogais pretônicas medievais até os dias atuais e os processos de harmonia e alçamento aumentaram.

Segundo Teyssier (1982), a centralização das vogais médias pretônicas no português europeu se deu por volta do século XVIII, provavelmente após 1750, em que a vogal /e/ passou para [ə] e /o/ para [u]. Além disso, o autor relata que a mudança de /e/ para [ə] pode ou não ter tido uma fase intermediária na vogal alta [i] (p. 62). Ademais, segundo Bisol (2015, p. 202): “As vogais médias do tipo [-post], ao passarem da posição acentual para a não acentual, perdem a distinção que separa uma da outra, como entidades fonológicas, isto é, são neutralizadas, passando a ser substituídas por um terceiro som, uma vogal centralizada, [ə] ou [i] [...]”.

Contudo, conforme relatado por Viana et al. (1973), no contexto de hiato, se a primeira vogal pretônica for [e], [ɛ], [ə] ou [i], ela será pronunciada como [i]. Portanto, em Portugal, tanto a terminação *-iar* quanto *-ear* terão sempre a mesma pronúncia da primeira vogal como [i]. É provável, então, que a neutralização das vogais anteriores pretônicas neste contexto seja a motivação para as alternâncias nas conjugações dos verbos de terminação *-ear* e *-iar* terem ocorrido na língua, porque seriam pronunciadas igualmente em formas arrizotônicas (acento na desinência verbal).

A única distinção, em Portugal, entre essas terminações seria encontrada quando a primeira vogal ocupasse uma posição acentuada (forma rizotônica), pois os verbos da ter-

minação *-ear* ditongam para [ɛj] e verbos da terminação *-iar* mantêm a vogal [i]. Entretanto, a primeira vogal do hiato em posição átona ocorre em mais conjugações do português que em posição de acento, visto que forma rizotônicas ocorrem apenas no presente do indicativo e subjuntivo e no modo imperativo; portanto, os falantes teriam muito mais *inputs* para as formas átonas, em que não há contraste e a pronúncia é [i]. Dessa forma, quando precisassem usar uma forma verbal com a primeira vogal tônica, a pronúncia ficaria arbitrária sem o conhecimento da escrita, pois não seria possível deduzir apenas pelo som se um verbo, por exemplo [maki'ar], deveria manter a vogal [i] na posição tônica ou ditongar para [ɛj]. Fato que se mantém atualmente.

No Brasil, por outro lado, o contraste entre [e] e [i] se manteve neste contexto de hiato, pois há determinados verbos em que o alteamento de /e/ para [i] não se constata, como *frear*, *cear* e *estrear*. Contudo, embora tenha se mantido em parte o contraste das vogais pretônicas /e/ e /i/ no Brasil, os casos de harmonia vocálica foram aumentando consideravelmente e os casos de alcance, apesar de em menor quantidade, aumentaram principalmente em verbos. Assim, ambas as vogais neste contexto são comumente pronunciadas como [i].

Portanto, a diferença entre a quantidade de verbos com alternância em Portugal e Brasil parece residir no fato de que as vogais /e/ e /i/, no contexto de hiato, foram neutralizadas na Europa, enquanto ainda mantêm seu contraste no Brasil. Assim, a confusão entre as terminações é mais fácil de ocorrer no português europeu que no brasileiro, o que explicaria a diferença na quantidade de verbos em que a alternância é atestada em cada país.

Contudo, os fatores fonológicos não dão conta de explicar por que a norma padrão brasileira se estagnou em exatos 6 verbos, enquanto em Portugal a difusão para outros verbos foi permitida. Talvez a distinção não esteja apenas na evolução intralingüística, mas em fatores extralingüísticos.

### 3 Objetivos e hipóteses

O objetivo deste trabalho é investigar por que as gramáticas normativas apresentam diferenças significativas, no que diz respeito aos verbos terminados em *-ear* e *-iar*, a ponto de, atualmente, serem aceitos em Portugal um número muito maior de verbos com alternância *-i-/ei-* do que no Brasil.

Para alcançar esse objetivo, foi feita uma busca em gramáticas, dicionários etimológicos e manuais ortográficos por trechos ou comentários sobre tal fenômeno, a fim de encontrar quando essas variações foram registradas e como foi a recepção normativa dessas formas novas pelos gramáticos e estudiosos da época.

Sabendo-se que atualmente a norma padrão do Brasil restringe a alternância a apenas 6 verbos, espera-se encontrar relatos referentes a essa evitação do fenômeno nas gramáticas brasileiras, mas não nas gramáticas portuguesas.

## 4 Materiais e Métodos

Foram selecionados para análise gramáticas, dicionários e manuais de ortografia datados a partir do século XVI. O texto mais antigo foi a primeira gramática do português de Fernão de Oliveira (1536) e o mais atual foi uma gramática do presente século (Cunha e Cintra, 2016 [1985]).

Baseado na divisão em três períodos determinantes no processo de normatização linguística apresentada por Tannihão (2016), foram selecionadas obras da primeira metade do século XVI, que correspondem ao período de constituição das línguas nacionais, cujo foco principal é enaltecer a língua portuguesa; obras do período do racionalismo linguístico, em meados do século XVIII, cuja preocupação era a busca pela correção e prevalência da lógica da língua e; obras do século XIX, quando é difundida a racionalização proposta pelo Iluminismo em que há maior preocupação com o “bom português”. Também foram selecionadas obras contemporâneas correspondentes aos séculos XX e XXI.

As obras selecionadas foram as referenciadas em Tannihão (2016), além de outras pesquisadas na Biblioteca Nacional Digital (BND)<sup>8</sup>, na Biblioteca Digital da UNESP<sup>9</sup> e por uma busca geral na internet.

Do primeiro período foram analisadas as seguintes obras:

- ◆ *Gramática da linguagem portuguesa* – Fernão de Oliveira (1536) (*Portugal*)
- ◆ *Gramática da língua portuguesa* – João de Barros (1540) (*Portugal*)
- ◆ *Regras que ensinam a maneira de escrever e ortografia da língua portuguesa, com um diálogo que a diante se segue em defensão da mesma língua* – Pero de Magalhães de Gandavo (1574) (*Portugal*)

Pesquisaram-se também obras do século XVII, período intermediário entre o primeiro e o segundo período:

- ◆ *Ortografia ou modo para escrever certo na língua portuguesa* – Álvaro Ferreira de Vera (1621) (*Portugal*)
- ◆ *Ortografia da língua portuguesa* – Ioam Franco Barreto (1674) (*Portugal*)

Do racionalismo linguístico do século XVIII, pesquisaram-se as obras:

- ◆ *Vocabulário Português e Latino* – Rafael Bluteau (1721) (*Portugal*)
- ◆ *Verdadeiro Método de Estudar (TOMO 1)* – Luiz Antônio Verney (1746) (*Portugal*)
- ◆ *Gramática Filosófica e Ortografia racional da Língua Portuguesa* – Bernardo de Lima e Mélo Barcelar (1783) (*Portugal*)

Do terceiro período (século XIX) foram encontradas as obras listadas abaixo. Além disso, é neste período que apareceram obras brasileiras pela primeira vez nesta pesquisa.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/>

<sup>9</sup> Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/home>

- ◆ *Gramática Filosófica da Linguagem Portuguesa* – João Crisóstomo do Couto e Melo (1818) (Portugal)
- ◆ *Gramática filosófica da língua portuguesa ou princípios da gramática geral aplicados à nossa linguagem* – Jeronymo Soares Barbosa (1822) (Portugal)
- ◆ *Bases da Ortografia Portuguesa* – Aniceto dos Reis Gonçalves Viana e Guilherme de Vasconcelos Abreu (1885) (Portugal)
- ◆ *Gramática Portuguesa* – Julio Ribeiro (1885) (Brasil)

As demais obras do século XX e XXI são majoritariamente brasileiras. Do século XX, pesquisaram-se as gramáticas a seguir:

- ◆ *Gramática expositiva* – Eduardo Carlos Pereira (1907) (Brasil)
- ◆ *Vocabulário ortográfico e remissivo da Língua Portuguesa* – Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1914) (Portugal)
- ◆ *Gramática descritiva baseada nas doutrinas modernas* – Maximino Maciel (1914) (Brasil)
- ◆ *Gramática Portuguesa* – João Ribeiro (1920) (Brasil)
- ◆ *Gramática Secundária da língua portuguesa* – Manuel Said Ali (1925) (Brasil)
- ◆ *Gramática Histórica da língua portuguesa* – Manuel Said Ali (1931) (Brasil)
- ◆ *Estrutura da Língua Portuguesa* – Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1970) (Brasil)

E, por fim, do século XXI, estas:

- ◆ *Gramática da Língua Portuguesa* – Mira Mateus et al. (2003) (Portugal)
- ◆ *Moderna Gramática Portuguesa* – Evanildo Bechara (2009) (Brasil)
- ◆ *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa* – Antonio Geraldo da Cunha (2010) (Brasil)
- ◆ *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* – Rocha Lima (2011) (Brasil)
- ◆ *Nova gramática do português contemporâneo* – Celso Cunha e Lindley Cintra (2016) (Portugal-Brasil)

Selecionadas as obras, foi realizada uma leitura direcionada em busca de trechos que citassem ou comentassem a alternância da terminação *-iar* (i ei). Não foi realizada uma leitura completa dos materiais, mas uma busca em seções que discutissem irregularidades verbais ou questões de variações morfológicas ou fonológicas.

## 5 Receptividade normativa

A primeira menção à irregularidade dos verbos da terminação *-iar* foi encontrada apenas na gramática de Melo (1818), ou seja, apenas no início do século XIX. Enquanto todos os textos anteriores não citam nem comentam sobre a irregularidade destes verbos, quase todas as obras seguintes fazem menção à alternância das conjugações em *-iar*, com exceção da gramática de Mira Mateus et al. (2003).

Através da busca não se sabe exatamente quando o processo de alternância se iniciou, mas sabe-se quando ele se tornou pauta, isto é, quando passou a ser tão comum que se tornou relevante para os estudiosos da época.

A primeira menção em Melo (1818), autor português, é referente aos verbos *alumiар* e *variar*. Segundo o autor:

Os verbos *alumiар* e *variar* são irregulares; pôsto que alguns *Litratos* digam, talvez por descuido, *alumeio*, *alumeias*, *alumeia*, *alumeiam*, &c. e *vareio*, *vareias*, *vareia*, *vareiam*, &c. (a cujos êrros tem dado origem e permanência a falta d'uma *Gramática filosófica*.) (Melo, 1818, p.211).

Este trecho relata que as formas alternativas eram consideradas erradas pelo autor e seriam caso de “descuido” na fala.

Barbosa (1822), também português, em sua gramática filosófica, discorre sobre a epêntese de [j] em alguns verbos da 2<sup>a</sup> conjugação (*crer* e *ler*) e em verbos da terminação -ear:

[...] todas as vezes que o nosso ê grande fechado é seguido de outra vogal, com que não faz diphthongo, costumamos nós, para evitar este, juntar-lhe um i surdo na pronúncia, ainda que se não escreva, como *chêo*, *chêa*, em logar de *cheio*, *cheia*. N'esta mesma conta pois entram os verbos da primeira conjugação, que no infinito tem por figurativa radical um e, como: *afear*, *enlear*, *galantear*, *repear*, etc. os quaes todos nossos antigos escreviam sem i, [...]. O verbo *alumear*, escrevendo-se assim uniformemente, **como antigamente se escrevia, entra na mesma regra**: escrevendo-se porém com i na figurativa, d'este modo: *alumiар*, faz *alumio*, *alumias*, *alumio*, etc. como ha exemplos em nossos clássicos. (Barbosa, 1822, p. 187-188, grifo nosso).

Neste excerto, o autor relata que a epêntese intervocálica de [j] ainda não era presente na escrita, embora já fosse pronunciada, e leva a duas conclusões: (I) que, embora o verbo fosse grafado como *alumio*, a pronúncia na época seria *alumeio*, pois seguiria a mesma regra da terminação -ear, e (II) que a escrita com -e- ou -i- deste verbo variou bastante ao longo da evolução do português, e que antigamente seria grafada com -e-, mas no começo do século XIX seria grafado com -i-, como é hoje em dia.

Cunha (2010) apresenta que o verbo *alumiар* já teve variação em sua escrita (*alumiар* ~ *alumear*) e sua forma latina era *allūmīnāre*, com i breve. Assim, faz sentido que sua primeira grafia tenha sido com -e- em função da passagem do latim para o português em que a vogal *i breve* passou para [e], grafada por -e-, e que, motivada pelo fenômeno de alçamento, teria passado para -i- posteriormente.

No Corpus Informatizado do Português Medieval<sup>10</sup> sua entrada é *alumiар*, grafada com i, e possui 46 ocorrências. Contudo, dentre as ocorrências, apenas 7 são grafadas com -i- nos textos do século XIII e XIV, sendo que 2 registros são em grafia atualizada e outros 2 não foram encontrados a datação no corpus. Há também um registro da forma *alumyar* no século XV, provavelmente uma marca da pronúncia com [j], uma pronúncia possível em contextos de fala mais rápida, e 3 registros com ditongação [ej], grafadas por -ey-, datados do final do século XV (1488).

<sup>10</sup> Disponível em: <https://cipm.fcsh.unl.pt/>

Melo (1818) também descreve as irregularidades do verbo *recear* com as formas *receio*, *receias*, *receia* e *receiam* e coloca em uma nota de rodapé que a irregularidade se dá “Por acrescentamento da voz *i*” (p.210) e adiciona que: “Antigamente escrevia-se *receo*, *receas*, *recea*, *receam*; assim como ôje ainda se-escreve *desejo*, *desejas*, *deseja*, *desejam*; mas graças aos *Doutos*, que tẽem combatido o cego costume: *Nos desastres confia Receia nas centuras. Elp. Dur.*” (Melo, 1818, p. 210).

Assim, entende-se que ainda não havia total consenso sobre a escrita destes verbos no início do século XIX e, conforme Teyssier (1982), a vogal *i* viria a parecer definitivamente na escrita apenas a partir da metade do mesmo século.

As outras duas obras do século XIX datam do final do período e é possível notar o aumento de exemplos de verbos em que ocorre a irregularidade, se comparado às gramáticas do início do século que traziam um ou dois exemplos. Entende-se, portanto, que ao longo do século XIX houve um maior destaque do fenômeno de alternância na visão dos estudiosos, período em que as gramáticas vão ficando cada vez mais normativas, e o distanciamento fala e escrita mais saliente, como discutido a seguir.

Viana e Abreu (1885, p. 14) não abordam a terminação *-iar* em si, mas apresentam um fenômeno contrário ocorrendo com a terminação *-ear*, que seria a inserção do glide [j] quando a vogal [e] é átona. Hoje, tal pronúncia não é aceita pela Gramática Normativa, mas o registro demonstra que pronúncias como *passeiando*, *receiará* e *ideiou* eram possíveis.

No mesmo ano, Julio Ribeiro (1885), brasileiro, apresenta em sua gramática as irregularidades da 1ª conjugação que contém os verbos da terminação *-ear* e *-iar*. No que concerne aos verbos da terminação *-iar*, o autor relata que são regulares, mas que:

Exceptuam-se *agenciar*, *anciar*, *cadenciar*, *commerciar*, *mediar*, *negociar*, *odiar*, *penitenciar*, *premiar*, *remediar*, *sentenciar*, que tomam *i* entre *e* e *a* na primeira, na segunda e na terceira pessoa do singular, e na terceira do plural do indicativo presente, e comunicam essa irregularidade às mesmas pessoas do subjuntivo presente, e à segunda do singular imperativo [...] (Ribeiro, 1885, p. 118-119).

Isto é, o autor relata que estes verbos eram conjugados como os verbos da terminação *-ear* que “tomam *i* entre *e* e *a* na primeira, na segunda e na terceira pessoa do singular, e na terceira do plural do indicativo presente, e comunicam essa irregularidade às mesmas pessoas do subjuntivo presente, e à segunda do singular imperativo [...]” (p. 118), por exemplo, *mapeio*, *mapeias*, *mapeia*, *mapeiam*, *mapeie*, *mapeies*, *mapeiem*.

Embora o autor não apresente nenhum juízo de valor em relação à alternância, percebe-se que a norma brasileira no final do século XIX se aproximava muito da norma europeia contemporânea.

Entrando no século XX, o discurso científico torna-se relevante e o prestígio acadêmico passa a influenciar à norma. Logo nos anos iniciais tem-se a *Gramática Expositiva* de Carlos Pereira (1907), brasileiro, em que há relatos semelhantes ao de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu (1885) em relação ao registro de epêntese em posições átonas da terminação *-ear*: “Por confusão de fórmulas, escrevem muitos erradamente – *ideiar*, *ideiado*, *passeiar*, *passeiado*, *ceiar*, *ceiado*, *rodeiar*, *rodeiado*, em vez de – *idear*, *ideado*, *passear*, *passeado*, *cear*, *ceado*, *rodear*, *rodeado*, etc.” (Pereira, 1907, p. 120).

Em relação à terminação *-iar*, Carlos Pereira (1907) relata que são em grande maioria regulares, mas que:

O uso mais geral torna irregulares alguns, que recebem um e *euphonico* antes da ultima vogal do thema, toda a vez que sobre ella recae a tonica, [...]. Como a pronúncia do infinito impessoal, fórmā typica, é semelhante nos verbos em *ear* e *iar*, houve manifestamente confusão das duas conjugações, estabelecendo-se uma falsa analogia. (Pereira, 1907, p. 120).

Esta análise é proposta também neste presente trabalho, em que se entende que, por existirem mais conjugações das terminações *-ear* e *-iar* com a primeira vogal átona, ela será pronunciada igualmente em mais situações, causando uma maior confusão entre as terminações e uma maior difusão do fenômeno de alternância.

O autor acrescenta à lista de verbos irregulares *agenciar*, *anciar*, *cadenciar*, *commerciar*, *mediar*, *negociar*, *odiar*, *penitenciar*, *premiar*, *remediar*, *sentenciar* os verbos *basofiar* (bazofiar), *incendiar*, *obsequiar* e *palliar* (paliar).

Viana (1914), em seu *Vocabulário ortográfico e remissivo*, faz a ressalva de que os verbos *alumiar*, *gloriar* e *aviar* são escritos com “i” e não “e”, pois se conjugam *alumio*, *glorio* e *vario*, entretanto, explica que: “Todavia, por influência daqueles em que essa vogal radical é, pelo contrário, e, que átono se profere i, alguns verbos em *iar* confundiram-se com êsses, e é já hoje impraticável a correção” (Viana, 1914, p. 14).

O autor menciona os verbos *ansiar*, *negociar*, *obsequiar*, *premiar*, *odiare* e *remediar* como os principais exemplos de irregularidade e adiciona que em verbos menos triviais: “É duvidoso o modo de os conjugar, como *licenciar*, *presenciar* e *sentenciar*, que muitos preferem conjugar *licencio*, *presencio* e *sentencio*, **conquanto as formas *licenceio*, *presenceio* e *sentenceio* sejam muito mais usuais**” (Viana, 1914, p. 14, grifo nosso).

Tal relato demonstra como a norma portuguesa, embora consciente da ampla difusão do fenômeno de alternância na língua, buscava impedir que este se espalhasse para mais verbos, como declarado por Viana (1914, p.14): “[...] e convém que não se translade a outros a irregularidade [...]” e “É claro que a irregularidade se não deve transladar aos substantivos correspondentes [...]. Além disso, é interessante perceber que em alguns verbos a norma preferia as formas alternativas em vez das regulares, como é o caso dos verbos destacados acima.

No mesmo ano, Maximino Maciel (1914), brasileiro, toca brevemente no fenômeno e relata que:

[as irregularidades se operam] flexionalmente, sempre que as modificações se effectuam apenas na flexão conjugativa, ex.: cr + er – eio, prantear, *pranteio*, remed + ar – *remedeio*, odiar, *odeio*. São desta classe a **maior parte** dos terminados em *iar* e *ear*, cujas flexões coincidem no presente indicativo e no subjuntivo. (Maciel, 1914, p. 135, grifo nosso).

Este pequeno trecho leva à conclusão de que muitos verbos da terminação *-iar* na língua carregavam a alternância na época, pois o autor descreve que a maior parte dos verbos terminados em *-iar* seguiria essa irregularidade.

João Ribeiro (1920), também brasileiro, faz observações sobre verbos regulares e adiciona os verbos *diligenciar* e *evidenciar* ao conjunto de verbos que aceitam alternância já apresentados nesta seção, contudo, relata que os verbos *aviar* e *alumiar* são regulares e o *i* conserva-se sem alteração, diferentemente dos outros autores. Além disso, escreve “etc.” na lista de verbos demonstrando que existiam mais exemplos com a alternância.

O autor também relata observações suplementares na seção de verbos irregulares e diz que:

Na primeira conjugação, os verbos em *ear* e *iar* formam o presente em *eio* e *io*, e gramáticos e escriptores nesse ponto muito se contradizem [...]. A regra por onde é mais fácil acertar é seguir-se a desinência *eio*, *eia* nos verbos em *ear* ou *piar* e a desinência *io*, *ia* nos verbos em *iar*. Digam-se, comtudo, sempre *odeio* e *premeio* por serem de uso (Ribeiro, 1920, p. 115).

Deste excerto é interessante observar como o autor relata existirem verbos em *piar*, que até o momento haviam sido relatados apenas como erros pelos outros autores, e que as formas com alternância (que fogem da regra regular) seriam casos do uso, ou seja, termos mais populares.

Por outro lado, na década de 20, Said Ali (1965 [1925]) discorre em sua *Gramática secundária da Língua Portuguesa* sobre os verbos da terminação *-ear* e *-iar* no português brasileiro. Segundo o autor: “Os verbos em *-IAR* que excepcionalmente seguem o tipo da conjugação em *-ear* para as três pessoas do singular e a 3<sup>a</sup> do plural do presente, quer do indicativo, quer do subjuntivo, são: *odian* [...]; *ansi* [...]; *medi* [...]; *incendi* [...]; *remedi* [...]” (Said Ali, 1965 [1925], p. 81).

Para o autor, todos os demais verbos da terminação *-iar*, no Brasil, à exceção de *odian*, *ansi*, *medi*, *incendi* e *remedi*, seriam conjugados conforme a regra geral, isto é, regularmente, inclusive os verbos relatados com alternância por outros autores, como *alumi*, *nego*, *ciar*, *agenciar* etc.

É neste trabalho que aparece registrada pela primeira vez a distinção entre o português brasileiro e o europeu, pois o autor apresenta que “em Portugal diz-se, **pelo contrário**: *agenceio*, *negoceio*, *comerceio*.” (Said Ali, 1965 [1925], p. 81, grifo nosso).

Ademais, o autor acrescenta que a terminação *-ear* corresponde aos verbos que tenham um substantivo/adjetivo da mesma raiz, terminado em /e/ acentuado, *eio/eia*. Semelhantemente, para a terminação *-iar* seriam os substantivos/adjetivos terminados em *io/ia*, salvo algumas exceções (os verbos irregulares).

No início da década de 30, Said Ali (1966 [1931]) acrescenta alguns pontos referentes à alternância em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. O autor afirma que, embora fosse sugerida no *Dicionário de Aulete* a forma *premar*, existem registros de *premiar* em Vieira (Serm. 2, 245) e Bernandes L.C. (336 apud Said Ali, 1966 [1931], p.139). Além disso, há registros de *nego*-*cêo* e *negocêa* em Sá Miranda (215, 226, 199), Vieira (Serm. 3, 332, 7, 327, 7, 419) e Bernandes (109), assim como *commercêam*, *agencêa* e *reverenceão* (Said Ali, 1966 [1931], p. 139).

Entretanto, o autor ressalta que:

No Brasil o falar vulgar é propenso a não abrir exceção para estes últimos verbos, dizendo *negocias*, *negocia*, *agenciam*, *comerciam*, *reverenciam* [...]. Pôsto que parte destes verbos em *-enciar* e *-endar* se conjuguem em Portugal amaneiradamente como se pertencessem ao tipo *-ear*, parece que, tratando-se de creações modernas, sem apoio no uso tradicional, a analogia pediria se usassem as terminações *-io*, *-ias*, etc., a par dos substantivos em *-io*, *-ia* de que os verbos se derivam (Said Ali, 1966 [1931], p. 139-140, grifo nosso).

Os relatos de Said Ali levam ao questionamento se de fato havia ocorrências de alternância em diversos verbos no Brasil no início do século XX ou se eram apenas os cinco verbos elencados por ele, pois, no texto de 1965 [1925], o autor relata apenas a alternância em cinco verbos, mas, no texto de 1966 [1931], o autor descreve que o uso da alternância é propenso a não ocorrer, o que demonstra que poderia ocorrer em menor frequência. E, mais, levanta-se a questão se, de fato, em algum momento foram atestadas essas alternâncias no Brasil ou se eram apenas registros portugueses.

Posteriormente, nos anos 70, Câmara Jr. (1970) descreve, no português brasileiro, o /e/ átono em hiato que passa para /i/, até em registros formais. Além disso, relata, com base em Said Ali, que a alternância no português culto ocorre nos verbos *odiar*, *ansiar*, *incendiar*, *mediar* e *remediar*, os mesmos que são aceitos normativamente atualmente no Brasil.

Além do mais, o autor propõe que verbos que alternam teriam a representação fonológica, ou radical teórico, como denominado pelo autor, com a vogal /e/, portanto, /o'dea/ e /aN'sea/, e por isso a epêntese ocorreria nestes verbos, sendo a distinção entre -ear e -iar meramente gráfica. Enquanto isso, os demais verbos não teriam ambiente para ditongação e teriam o radical teórico com /i/, por exemplo, /nego'sia/ (negocia – negociar).

Por fim, no século XXI, todas as gramáticas (Bechara, 2009 [1961]; Rocha Lima, 2011; Cunha e Cintra, 2016 [1985]) relatam, para o português do Brasil, apenas os cinco verbos do anagrama MARIO também citados por Câmara Jr. e Said Ali.

Bechara (2009 [1961]) faz uma observação referente à distinção entre o português do Brasil e o de Portugal em que, embora no Brasil a alternância seja atestada apenas nos cinco verbos, em Portugal ainda se notam vacilações nos verbos da terminação -iar (os mesmos citados nas gramáticas do século XVIII e XIX) que, segundo o autor, se dão pela “homofonia dos dois finais na fala corrente” (Bechara, 2009 [1961], p. 204). Isto é, para ele, a alternância é também resultado da neutralização das vogais /e/ e /i/ em posição pretônica, que resultam em uma mesma pronúncia na fala: [i].

Ademais, o autor afirma haver alguns verbos em que a neutralização não ocorre, pois afetaria pares mínimos da língua, são eles: *a fear* e *a fiar*, *arrear* e *arriar*, *estrear* e *estriar*, *vadear* e *vadiar*, etc.<sup>11</sup>

Cunha e Cintra (2016 [1985], p. 439, grifo nosso) também discutem a distinção entre Portugal e Brasil ao relatarem que “há um grupo de verbos em -iar que, no português de Portugal e na **Língua popular do Brasil**, não seguem uma norma fixa, antes vacilam entre os modelos de *anunciar* e *incendiar*”, referindo-se aos verbos regulares (*anunciar*) e irregulares (*incendiar*). Assim, entende-se que em Portugal essa variação é aceita na norma, mas no Brasil é considerada fala popular.

Em suma, é no período do racionalismo linguístico (século XVIII), em que se buscava entender a lógica da língua, que começam a aparecer descrições do fenômeno de alternância. Porém, é no século XIX que se nota um maior efeito desta norma e um maior incentivo à correção e normatização das conjugações destes verbos, recorrendo muitas vezes à etimologia e autores consagrados, como Camões. Consequentemente, formas populares eram desvalorizadas.

<sup>11</sup> Como discutido na nota de rodapé 5, pode-se analisar tais verbos como tendo a vogal /e/ como parte da raiz e não um morfema derivacional, afe + ar e não af + e + ar, e, por serem raiz, a alternância seria mais evitada.

No Brasil, do final do século XIX até o começo do século XX, há relatos de muitos verbos da terminação *-iar* que sofrem da alternância, como descrito por Julio Ribeiro (1885), Carlos Pereira (1907) e João Ribeiro (1920). Entretanto, no mesmo período (início do século XX) e no século XXI, são relatados apenas os cinco verbos do anagrama MARIO, conforme visto em Said Ali (1965 [1925], 1966 [1931]), Câmara Jr. (1970), Bechara (2009), Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2016).

A pergunta que resta é se de fato se atestavam mais verbos com alternância entre falantes do português culto do Brasil no final do século XIX e início do XX ou se, na realidade, as gramáticas apenas não distinguiam as duas variedades do português, isto é, os autores estariam relatando casos portugueses nas gramáticas brasileiras. Este questionamento se dá em razão da distinção entre o português do Brasil e de Portugal aparecer pela primeira vez em Said Ali (1965 [1925]) e nos trabalhos seguintes, mas não ser encontrada em nenhuma das obras anteriores analisadas.

De acordo com Pagotto (2013), em seu trabalho analisando clíticos pronominais em textos constitucionais, um no período imperial (1824) e outro no republicano (1892), o processo de constituição da norma no Brasil no século XIX foi na direção oposta do que de fato era falado no país. A norma visava construir uma unidade na língua escrita entre Brasil e Portugal, em um processo de europeização do Brasil sustentado pelos interesses da elite branca, para manutenção da oposição entre elite e a maioria da população (Pagotto, 1998). Assim, manteve-se no Brasil a norma europeia moderna que é seguida até os dias de hoje como padrão.

Segundo Pagotto (2013, p. 41), o Brasil terminou o século XIX com uma “nova norma importada de Portugal”, em que não havia incorporações de formas típicas da língua falada. Essa unidade linguística tão desejada não foi alcançada em um processo natural, mas sim algo imposto pela elite. Enquanto formas típicas brasileiras caiam em desprestígio, formas europeias eram prestigiadas pelos gramáticos, portanto, possuíam um valor dominante tornando-se parâmetro avaliativo para as normas de escrita, impossibilitando que os brasileiros não as seguissem.

A partir disto, é possível entender por que os gramáticos brasileiros do final do século XIX e início do século XX apresentavam tantos verbos com alternância para o português brasileiro. De fato, a norma europeia era a seguida e, por isso, diversos verbos eram atestados com alternância, contudo, muito provavelmente, a grande maioria dos verbos não tinham propensão a alternar no português falado no Brasil, como relatado por Said Ali (1965 [1925], 1966 [1931]), mas eram registrados nas gramáticas.

De qualquer forma, parece arbitrário que os verbos *mediar* (*intermediar*), *ansiar*, *remediar*, *incendiar* e *odiar* são os únicos aceitos na norma contemporânea brasileira, pois não aparentam se relacionar semanticamente ou discursivamente. Porém, um fato é certo, houve uma mudança normativa em relação à alternância que passou a ser registrada com mais rejeição no Brasil a partir dos anos 20. Muito provavelmente, os casos de alternância já eram exceções na fala urbana escolarizada do Brasil, diferentemente de Portugal, onde eram bastante aceitos, mas a busca por uma unidade normativa entre os dois dialetos no século XIX resultou no registro da alternância em diversos verbos no Brasil.

## 6 Conclusão

O espalhamento, ou não, da alternância verbal *-i-/ei-* nos verbos da terminação *-iar* não ocorreu livremente na língua, mas teve influência da norma padrão, principalmente, na norma brasileira que buscou e busca contê-lo.

Defende-se que as duas variedades do português tiveram uma origem em comum no que diz respeito ao fenômeno de alternância: o aumento do processo de alteamento de /e/ para [i] em posição pretônica, que por ter ocorrido diferentemente em cada dialeto resultou em diferentes níveis de espalhamento.

Em Portugal, o fenômeno se espalhou para diversos verbos em função da neutralização das vogais pretônicas em contexto de hiato, causando maior confusão acústica nos falantes que pronunciavam igualmente as vogais /e/ e /i/. Por outro lado, no Brasil, a neutralização não ocorreu e manteve-se, em determinados contextos, o contraste entre /e/ e /i/ pretônicos. Assim, a neutralização das vogais anteriores pretônicas não é um processo generalizado e finalizado no Brasil até os dias de hoje, de forma que a confusão das conjugações ocorria e ocorre com menos frequência que em Portugal. Acredita-se que a razão para a alternância não ter se espalhado como na Europa, mantendo-se apenas em seis verbos é randômica. Poderiam estes verbos ser mais usuais na época em que foram normatizados? Tal pergunta carece de maior investigação futura.

Os registros em gramáticas e manuais ortográficos mostraram que até o início do século XX, por não haver distinção entre português brasileiro e europeu, a alternância em diversos verbos da língua era relatada também no Brasil. Contudo, a partir da década de 20, apenas seis verbos são relatados com alternância no Brasil, enquanto a difusão para outros verbos é registrada como um fenômeno frequente apenas em Portugal, assim, as gramáticas brasileiras do século XIX muito provavelmente se baseavam na norma europeia em vez de relatar casos brasileiros.

Neste ponto, o que parece mais curioso é que a norma brasileira, ao buscar se desvincular da norma europeia no século XX, apresenta a alternância com maior desprestígio, muito provavelmente por ser algo considerado mais arcaico mantido principalmente em falas populares/rurais ou de pessoas não escolarizadas. Isto é, ocorre uma reviravolta em que formas antes prestigiadas pela norma, tornam-se desprestigiadas, não por fatores gramaticais, mas por fatores sociopolíticos, como a manutenção de um distanciamento social e linguístico entre elite e povo.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2021/12853-4.

## Referências

- BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. Lisboa: Academia das Sciencias, 1822.
- BACELLAR, B. L. e M. *Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza: Para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos deste idiôma*. Lisboa: Na Offic. de S.T. Ferreira, 1783.
- BARRETO, J. F. *Ortografia da lingua portuguesa*. Lisboa: Ioam da Costa, 1671.
- BARROS, J. *Grammatica da lingua portuguesa*. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1961].
- BECKMAN, J. N. *Positional faithfulness*. 1998. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Linguística, University Massachusetts Amherst, Amherst, 1998.
- BISOL, L. A harmonização vocálica como indício de uma mudança histórica. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, [s. l.], v. 31, p. 185-205, 2015.
- BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. v. 2.
- CÂMARA, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1970.
- CASTRO, I. *Introdução à História do Português*, 2. ed. Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- CIPRO NETO, P. Maquia ou maqueia? *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 abr. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff23o49808.htm>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- COUTO, H. H. Ditongos crescentes e ambissilabidade em português. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 29, n. 4, p. 129-141, 1994.
- CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017 [1985]. 800 p.
- DA CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- EBERLE, L. P. *Monotongação, ditongação e resolução de hiatos: um estudo com palavras reais e logatomas no português falado em São Paulo*. 2022. 122 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- EBERLE, L. P. Aumento de proeminência e maximização de contraste via epêntese de glide no português brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 58, n. 1, e44765, 2023a.
- EBERLE, L. P. O efeito da proeminência de raízes na resolução de hiatos do português: por que podemos falar fre(i)ar, mas não passe(i)ar?. *Caderno de Squibs*, São Paulo, n. 7, p. 1-7, 2023b.
- FLEMMING, E. Contrast and perceptual distinctiveness. *Phonetically based phonology*, p. 232-276, 2004.
- GANDAVO, P. M. *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa*. Lisboa: Antonio Gonçalvez, 1574.
- LIMA, C. H. R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

- MACIEL, M. *Gramática analytica* – baseada nas doutrinas modernas satisfazendo às condições do atual programa. 5. ed. Rio de Janeiro: Central, 1914.
- MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MELO, J. C. C. *Gramática filosófica da linguagem portuguesa*. Lisboa: Impressão Régia, 1818.
- MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editora Caminho, ed.5, 2003.
- MATEUS, M. H. M. *Aspectos da fonologia portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Cinetífica, 1982.
- NEVINS, A.; COSTA, P. P. Prominence Augmentation via Nasalization in Brazilian Portuguese. *Catalan journal of linguistics*, [s. l.], v. 18, p. 161-189, 2019.
- OLIVEIRA, F. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lixboa: Germão Galharde, 1536.
- PAGGOTO, E. G. A norma das Constituições e a constituição da norma no século XIX. *Revista Letra*. Rio de Janeiro, 2013. p. 31-50.
- PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e instrumentos linguísticos*, v. 1, n. 2, p. 49-68, 1998.
- PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva*. São Paulo: Weiszflog Irmãos e Companhia, 1907.
- RIBEIRO, J. *Grammatica portuguesa*. 19. edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.
- RIBEIRO, J. *Grammatica portugueza*. 2. ed. São Paulo: Jorge Seckler, 1885.
- RODRIGUES, M. C. O hiato no português: a tese da conspiração. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 7-26, 2007.
- SAID ALI, M. *Gramática secundária da língua portuguesa*. revista e ampliada. São Paulo: Edições Melhoramentos, v. 1965 [1925].
- SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos. 1966 [1931].
- SMITH, J. L. *Phonological augmentation in prominent positions*. New York: Routledge, 2005.
- TANNIHÃO, K. C. *Sobre norma e preposições: um estudo das completivas finitas (des)prepostionadas em português*. 2016. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 2016.
- TEYSSIER, P. *Históriada língua portuguesa*. Tradução: Celso Cunha. Lisboa, Sá da Costa, 1982.
- VERA, Á. F. *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*. Lisboa: Mathias Rodriguez, 1631.
- VERNEY, L. A. *Verdadeiro Metodo de Estudar, para Ser util à Republica, e à Igreja: Proporcionado ao Estilo, e Necesidade de Portugal*. Valensa: Antonio Balle, 1746.
- VIANA, A. R. G.; ABREU, G.V. *Bases da ortografia portuguesa*. Imprensa Nacional, 1885. 16 p. Biblioteca Nacional de Portugal.
- VIANA, A. R. G. *Vocabulario ortografico e remissivo da lingua portuguesa*. Paris, Aillaud, 1914.

VIANA, A. R. G.; CINTRA, L. F. L.; RIBEIRO, J. A. P. *Estudos de fonética portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1973.

WILLIAMS, E. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: MEC/INL, 1961.